

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.465.134 - SP (2019/0067951-7)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA

AGRAVANTE : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A

PROCURADOR : ADRIANA SERRANO CAVASSANI E OUTRO(S) - SP196162

AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADOR : MÁRCIA FERREIRA COUTO E OUTRO(S) - SP093215

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.**, desafiando decisão da Presidência da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu recurso especial, aos seguintes fundamentos: (I) não ocorrência de violação aos dispositivos invocados como malferidos nas razões de recurso especial; (II) incidência da Súmula 7/STJ, tendo em vista a necessidade de reexame do contexto fático-probatório dos autos; e (III) incidência da Súmula 280/STF à espécie, ante a necessidade de reexame da legislação local para a análise da controvérsia.

Nas razões de agravo em recurso especial, a parte agravante sustenta, em síntese, que: (I) *"está inequívoca a ofensa perpetrada aos dispositivos infraconstitucionais indicados, de modo que restou claro o prequestionamento expresso da matéria, sem aferição de matéria fático-probatória, mas sim da interpretação do precitado artigo legal."* (fl.311); e (II) *"não há reexame de provas, bastando apenas verificar que mesmo devidamente intimada e com interesse em discutir o crédito tributário o Douto Julgador homologou o pedido de desistência da Fazenda Estadual de São Paulo sem a anuência da então executada, podendo gerar prejuízos de ordem financeira, visto afronta aos artigos do Código tributário Nacional."* (fl.147). No mais, repisa as razões do recurso especial interposto às fls. 83/92, defendendo, em síntese, a violação aos arts. 9º e 10 do CPC/2015.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se que o inconformismo nem sequer ultrapassa a barreira do conhecimento, pois não foram impugnados todos os motivos adotados pelo Tribunal de

origem para negar trânsito ao apelo especial, a saber, a incidência da Súmula 280/STF à hipótese.

Com efeito, é insuficiente para impugnar a referida incidência da Súmula 280/STF à espécie a afirmação de que *"está inequívoca a ofensa perpetrada aos dispositivos infraconstitucionais indicados, de modo que restou claro o prequestionamento expresso da matéria, sem aferição de matéria fático-probatória, mas sim da interpretação do precitado artigo legal."* (fl.311). Isso porque tal alegação não tem o condão de infirmar o juízo formulado pela decisão agravada, à míngua da demonstração de situação particular do caso concreto que justificasse o afastamento do referido óbice.

Logo, ressalta-se que a parte agravante não rebateu, de modo específico, os fundamentos adotados pela decisão recorrida para negar trânsito ao apelo especial, limitando-se a reeditar, ademais, os mesmos argumentos apresentados no recurso inadmitido.

Incide, desse modo, por analogia, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*).

Por fim, registre-se que essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP** (Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018), na qual se reforçou a compreensão de que o recorrente deve **impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada**, sob pena de não conhecimento do agravo, por aplicação da **Súmula 182**.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator